

“Situação do País mudou para melhor”

JOHN ALIUS
Nosso correspondente

NOVA YORK — O co-presidente de uma comissão composta por influentes empresários afirmou ontem que o futuro econômico brasileiro está assegurado, agora que o País pode superar uma “crise de confiança”.

O presidente da comissão, John D. Macomber, principal executivo da Celanese Corporation, disse que com o sucesso dos empréstimos multibilionários e com outras concessões conseguidas junto à comunidade bancária mundial no mês passado, “a situação no Brasil modificou-se para melhor e pode continuar melhorando, desde que a crise de confiança possa ser superada”.

“Esta crise de confiança”, disse Macomber numa entrevista concedida ao *Estado*, “é, em grande escala, uma questão brasileira. Mas também houve uma certa falta de confiança no Brasil, tanto por parte do setor de financiamentos governamentais como privados no Exterior. A comunidade internacional demonstrou sua disposição de restaurar a confiança, como resultado dos compromissos que o Brasil assumiu com o Fundo Monetário Internacional. Caso o governo se atenha a esses compromissos, e a confiança continue aumentando, tanto em casa como no Exterior, o futuro econômico do País será bom”.

Macomber, juntamente com Ro-

bert D. Hormats, vice-presidente da Goldman Sachs Investment House de Nova York, presidiu uma comissão de 26 líderes empresariais e formadores de opinião que recentemente concluíram um estudo financiado por fontes privadas e com um ano de duração a respeito das necessidades de balança de pagamentos e estabilização do comércio internacional e das necessidades de desenvolvimento econômico a longo prazo nos países do hemisfério ocidental.

O relatório da comissão, que deverá ser apresentado ao governo norte-americano, ao Congresso dos Estados Unidos e a comunidade empresarial, não trata dos problemas individuais dos países do Hemisfério, mas faz uma série de recomendações gerais:

— Os Estados Unidos deveriam fazer um esforço especial para resolver os problemas comerciais do Hemisfério ocidental e para trabalhar intimamente com os demais países da região, com a finalidade de forjar enfoques multilaterais para se reduzir os impedimentos ao comércio internacional;

— As instituições financeiras internacionais e os governos terão de fornecer maiores quantias, e uma maior participação de empréstimos de balança de pagamentos no futuro;

— Instituições financeiras privadas e governamentais deverão assegurar que o custo da reprogramação e dos novos créditos não seja excessi-

vo, e ao se determinar as taxas de juros e as comissões deve ser levada em consideração a diferenciação de risco a implementação bem-sucedida de programas econômicos corretivos;

— O Banco Norte-Americano de Exportação e Importação (Eximbank) deve ser encorajado a aumentar substancialmente os níveis das garantias e dos seguros para facilitar as exportações aos países de elevadas dívidas, como o Brasil e o México.

— A curto prazo, não existe alternativa para os empréstimos públicos e privados continuados, segundo termos que irão promover um fim da crise econômica generalizada, e as agências de regulamentação e os bancos centrais devem melhorar sua coordenação em apoio a estes esforços;

— Os Estados Unidos e os demais países industrializados devem apoiar um aumento na base de capital do Banco Mundial e um ritmo mais rápido de empréstimos para programas de adaptação estrutural.

“Um grande reabastecimento da Associação Internacional do Desenvolvimento e um financiamento adicional de programas multilaterais e bilaterais de assistência também são necessários”, afirma a comissão. Segundo ela, isto se tornou necessário para “abordar a dimensão humana da crise: pobreza, doenças e fome”.